

Artigo

“BELA ESCOLA DE CIVISMO”: ESCOTISMO COMO ELEMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Andressa Barbosa de Farias Leandro*

Jean Carlo de Carvalho Costa**

RESUMO

O presente artigo tem por fito analisar a prática do escotismo no Brasil no início do século XX, problematizando como este método de educação extraescolar foi apropriado pelos intelectuais e autoridades políticas para o disciplinamento moral, cívico e físico da infância e juventude, associadas, neste momento, a “grandeza” da nação. Para alcançar o objetivo proposto, fizemos um cruzamento entre a análise das fontes impressas a saber: revistas *O Tico-Tico* e *Ilustração Brasileira*, leis e decretos com as contribuições de autores, tais como Foucault (1987), Nagle (2009), Nascimento (2004), Souza (2000, 2018), Nascimento (2008), entre outros. Destarte, constatamos que no Brasil o método de Baden-Powell foi convertido em uma escola de civismo para moldar o comportamento do futuro cidadão da Pátria brasileira.

Palavras-chave: escotismo, Brasil, infância, juventude.

* Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, Brasil.

** Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, Brasil.

“HERMOSA ESCUELA DE CIVISMO”: EL ESCOTISMO COMO ELEMENTO DE TRANSFORMACIÓN SOCIAL EN BRASIL

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la práctica del escultismo en Brasil a principios del siglo XX, problematizando cómo este método de educación extraescolar fue apropiado por intelectuales y autoridades políticas para la disciplina moral, cívica y física de los niños y jóvenes asociados, en este momento, la grandeza de la nación. Para lograr el objetivo propuesto, cruzamos el análisis de fuentes impresas, a saber: revistas *O Tico-Tico* y *Ilustração Brasileira*, leyes y decretos con contribuciones de autores como Foucault (1987), Nagle (2009), Nascimento (2004), Souza (2000, 2018), Nascimento (2008), entre otros. Así, encontramos que en Brasil el método de Baden-Powell se convirtió en una escuela de civismo para moldear el comportamiento del futuro ciudadano de la Patria brasileña.

Palabras clave: escultismo, Brasil, infancia, juventude.

“BEAUTIFUL SCHOOL OF CIVISM”: SCOTISM AS AN ELEMENT OF SOCIAL TRANSFORMATION IN BRAZIL

ABSTRACT

This article aims to analyze the practice of scouting in Brazil in the early twentieth century, questioning how this method of out-of-school education was appropriated by intellectuals and political authorities for the moral, civic and physical disciplining of childhood and youth, associated at this time, the “greatness” of the nation. To achieve the proposed objective, we made a cross between the analysis of the printed sources, namely: magazines *Tico-Tico* and *Ilustração Brasileira*, laws and decrees with the contributions of authors, such as Foucault (1987), Nagle (2009), Nascimento (2004), Souza (2000, 2018), Nascimento (2008), among others. Thus, we found that in Brazil the Baden-Powell method was converted into a school of civism to shape the behavior of the future citizen of the Brazilian homeland.

Keywords: scouting, Brazil, childhood, youth.

“BELLE ÉCOLE DE CIVISME”: LE SCOUTISME COMME ÉLÉMENT DE TRANSFORMATION SOCIALE AU BRÉSIL

RÉSUMÉ

Cet article vise à analyser la pratique du scoutisme au Brésil au début du 20e siècle, en interrogeant comment cette méthode d'éducation extrascolaire a été appropriée par les intellectuels et les autorités politiques pour la discipline morale, civique et physique des enfants et des jeunes associés, la grandeur de la nation. Pour atteindre l'objectif proposé, nous avons croisé l'analyse des sources imprimées, à savoir : les magazines *O Tico-Tico* et *Ilustração Brasileira*, les lois et décrets avec des contributions d'auteurs tels que Foucault (1987), Nagle

(2009), Nascimento (2004), Souza (2000, 2018), Nascimento (2008), entre autres. Ainsi, nous constatons qu'au Brésil la méthode Baden-Powell s'est convertie en une école d'instruction civique pour façonner le comportement du futur citoyen de la patrie brésilienne.

Mots-clés: scoutisme, Brésil, enfance, jeunesse.

INTRODUÇÃO

O escotismo¹ foi implantado no Brasil no ano de 1910, por iniciativa de oficiais e praças da Marinha Brasileira que tiveram contato com o movimento de Baden-Powell durante o tempo em que estiveram na Inglaterra, para o programa de construção naval², o qual tinha como meta a construção de contratorpedeiros, cruzadores e dos Encouraçados “Minas Gerais” e “São Paulo”. Apresentado “como um método prático e salutar de educação extraescolar” (BLOWER, 1994, p. 23), o escotismo logo despertou o interesse dos militares brasileiros, sobretudo, do tenente Eduardo Henrique Weaver, o qual julgou que a introdução do método de Baden-Powell no Brasil seria útil para a pátria brasileira.

O entusiasmo do tenente Weaver, somado a um pedido do brasileiro Manoel Bonfim³, que solicita o seu auxílio para divulgar o método de Baden-Powell no Brasil, leva-o a estudar e a produzir um artigo sobre o escotismo, intitulado *Scouts e a Arte de Scrutar*, publicado pela revista *Ilustração Brasileira*, em 1º de dezembro de 1909 (90 ANOS DE ESCOTISMO NO BRASIL, 2000):

[...] Que este systema, que esta educação representa o ideal sob todos os pontos de vista, parece-nos indiscutível; que o educar brincando seja o meio mais fácil e o mais seguro de conseguir resultados reaes, são e permanentes, porquanto os preceitos são absorvidos de bôa vontade, sem repugnancia, parece-nos fora de dúvida. Aproveitamos, pois, o systema, ponhamo-lo em execução, esforcemo-nos um pouco e os resultados compensarão os nossos esforços [sic] (WEAVER, 1909, p. 232).

¹ Idealizado pelo general inglês Baden-Powell, no ano de 1907, para complementar a educação de jovens ingleses (NASCIMENTO, 2008).

² O programa de construção naval foi idealizado pelo Ministro da Marinha Almirante Júlio de Noronha e, posteriormente, alterado pelo Ministro Almirante Alexandrino de Alencar (BLOWER, 1994).

³ Neste período, Manoel Bonfim, que se encontrava em missão na Europa, para estudar psicologia e pedagogia, também entusiasmou-se com o escotismo (BLOWER, 1994).

O artigo, distribuído em três páginas, era ilustrado por sete fotografias, através das quais o tenente Weaver buscou retratar as atividades desenvolvidas pelos *Boys Scouts* ingleses. Sendo considerado a primeira notícia publicada no Brasil sobre o escotismo, o artigo tinha o intuito de apresentar aos brasileiros os benefícios do método de Baden-Powell, sobretudo, a forma de educar brincando, que articulava jogos com atividades físicas praticadas ao ar livre, uma solução eficiente para sanar os problemas universais relacionados à formação dos jovens.

O tenente reforça, ainda, que os jovens brasileiros se entusiasmarão facilmente pelas atividades dos *Boys Scouts*, visto que era um método que associava educação ao ar livre, fundamentado na autoeducação e no desenvolvimento moral, intelectual e físico. Baden-Powell (2008, p. 34) alegava que somente por meio de uma educação ao ar livre, que é “por excelência a escola da observação”, é que se poderia remediar os males de uma sociedade industrial, responsável pela degeneração da juventude inglesa. Inspirado, sobretudo, nos pressupostos ativistas⁴, ele buscava uma forma de educar que afastasse a criança do ambiente artificial da cidade, através de atividades ao ar livre, que manipulassem e respeitassem o aprendizado global simultaneamente, juntando atividades intelectuais e práticas.

Entusiasmados com o que viram na Inglaterra, quando retornaram ao Brasil, a bordo do Encouraçado “Minas Gerais”, em 17 de abril de 1910, os militares trouxeram consigo uniformes dos *Boys Scouts*, adquiridos no valor de 30 libras esterlinas. Cerca de dois meses depois de desembarcarem no Rio de Janeiro, reuniram-se na casa localizada na Rua do Cichorro, nº 13, no bairro do Catumbi, elaboraram o estatuto da nova instituição, assinaram a ata de fundação e comunicaram à imprensa a instalação do Centro de *Boys Scouts* do Brasil, “uma sociedade de instruções, diversões e esportes para meninos, semelhante em tudo, que fosse possível à dos *Boys Scouts* da Inglaterra” (NASCIMENTO, 2008, p.

⁴ O Ativismo se constituiu em um movimento internacional, sobretudo, europeu e americano, que surgiu no final do século XIX e, consolidou-se, na primeira metade do século XX. O Ativismo se caracteriza por colocar a criança, suas necessidades e capacidades no centro do processo de aprendizagem, valorizando o “aprender fazendo” (CAMBI, 1999).

233-234, grifo nosso). Em um contexto marcado pelo discurso nacionalista, no qual era enfatizada a formação do futuro cidadão, o escotismo foi vislumbrado pelas autoridades políticas e pelos intelectuais como uma “bela escola de civismo”, uma “solução para o momentoso problema da formação do caráter nacional” (ARAÚJO, 1917, p. 7).

É interessante perceber que houve uma mobilização de figuras políticas, militares de alta patente e pessoas influentes da sociedade em prol da divulgação e expansão do escotismo no Brasil. Ora, esse era o momento de “formar as almas”, conforme expressão utilizada por Carvalho (1990), ou seja, de consolidar o imaginário popular republicano, e para isso, fazia-se necessário recorrer a diversas estratégias, desde ao arsenal de heróis, hinos, mitos, bandeiras e, até mesmo, ao escotismo.

O presente artigo tem como objetivo analisar a prática do escotismo no Brasil nas primeiras décadas do século XX, problematizando como esse método de educação extraescolar foi apropriado pelos intelectuais e autoridades políticas para o disciplinamento moral, cívico e físico da infância e juventude brasileira, associadas, nesse momento, ao progresso da nação.

Orientados pelos pressupostos da Nova História Cultural, “que tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16-17), elegemos como *corpus documental* as revistas *O Tico-Tico* e *Ilustração Brasileira*, leis e decretos que versam sobre a prática do escotismo e dialogamos com autores como Foucault (1987), Nagle (2009), Nascimento (2004), Souza (2000, 2018) e Nascimento (2008).

É importante ressaltar que a revista *O Tico-Tico* desempenhou um papel importante no que concerne à implantação do escotismo no Brasil, graças ao seu poder de alcance do público infantil, no território brasileiro e até mesmo fora dele, visto que seus exemplares alcançavam leitores que se encontravam do outro lado do oceano. Ademais, a revista não se restringia ao público infanto-juvenil, uma vez que ela também era lida por seus familiares, amigos, entre outros, o que

provavelmente contribuiu para a divulgação dos seus ideais, dentre eles, o escotismo (MERLO, 2004).

O escotismo é entendido nesse estudo como um mecanismo disciplinar, visto que ele foi utilizado pelas autoridades políticas para moldar os comportamentos dos futuros cidadãos da pátria brasileira. Ao captar o poder nas suas extremidades (capilar e ramificações), “nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que [...] ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas [...]”, Foucault (1987, p. 32) chega à conclusão que o poder não está localizado em um lugar específico, ele não se apresenta de forma centralizada, mas se manifesta de diversas maneiras, por meio de seus mecanismos, controla os indivíduos de forma sofisticada e sutil. Esse poder que intervém materialmente atingindo o corpo do indivíduo, situando-se no nível do próprio corpo social, é exercido em níveis variados em pontos distintos da rede social, podendo estar ou não integrados ao Estado.

Após uma breve análise sobre a implantação do escotismo em terras brasileiras, situaremos a temática no contexto das transformações sociais e culturais ocorridas no Brasil, nos anos de 1910 e 1920. Em seguida, abordaremos como ocorreu a adaptação do escotismo ao sistema escolar.

O ESCOTISMO APRIMORANDO AS VIRTUDES DOS FUTUROS CIDADÃOS DA PÁTRIA

Cabe destacar que a preocupação com a educação física e moral das crianças surge na modernidade clássica, graças à elaboração de um conceito histórico e social sobre a infância, pois, de acordo com Ariès (1978), a sociedade medieval desconhecia a infância ou uma representação elaborada sobre essa fase da vida. As crianças eram vistas e tratadas como adultos em miniaturas, não havendo uma diferenciação quanto ao tipo de vestimentas, os jogos, atividades e até mesmo o trabalho. Esse aparente desinteresse pelas crianças era justificado

pelas altas taxas de mortalidade infantil, que tornavam essa fase instável.

A partir dos séculos XV e XVI, as iconografias passam a representar as crianças e adultos em cenas cotidianas, o que, para o autor, significou o início de um sentimento moderno de infância, embora ainda se percebesse certa indiferença e insensibilidade em relação à criança. Somente com os avanços científicos, econômicos e sociais é que, gradativamente, vai ser formulado o conceito de infância tal como o concebemos na contemporaneidade.

Em seu estudo sobre a construção do ideal de infância brasileira na Primeira República por meio da literatura cívico-pedagógica, Hansen (2007) constatou que, na passagem do fim do século XIX para o XX, houve uma multiplicação de imagens do Brasil, que o retratavam como um “país novo” ou “país do futuro”, representando-o, metaforicamente, na figura de uma criança, contrapondo-se, assim, à figura do velho D. Pedro, símbolo da monarquia. Esse tipo de analogia, responsável por construir uma concepção de nação, contribuiu para a configuração de uma concepção de criança que a representava como futuro da nação. Por outro lado, a instalação do Instituto de Proteção à Infância, em 1899, a fundação dos primeiros jardins de infância nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, em 1875 e 1876, respectivamente, a divulgação da puericultura entre as diversas camadas da sociedade, a ampla difusão de imagens textuais, iconográficas e fotográficas, assim como a produção de uma literatura destinada à criança brasileira sinalizam a preocupação e o cuidado que a sociedade passa a dispensar as crianças nesse momento.

Ainda de acordo com a autora, uma concepção de infância portadora de determinados hábitos e qualidades morais, capaz de agir em prol da grandeza da nação, começa a ser percebida no final do século XIX em textos diversos, tais como o discurso escrito por Quintino Bocayuva, em defesa da instalação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância⁵, fundado em 1899, no Rio de

⁵ Fundado por iniciativa de Moncorvo Filho, O Instituto de Proteção à Criança começou a funcionar em 1901, sendo mantido através de doações. Seu objetivo era a proteção materno-infantil, destinado a mulheres pobres (HANSEN, 2007).

Janeiro, no qual ele chama a atenção da sociedade para a importância de garantir “a permanência e a sucessão das vidas que não de ser o sustentáculo da sua estabilidade e os elementos do seu progresso e engrandecimento” (MONCORVO FILHO *apud* HANSEN, 2007, p. 31). É importante frisar que essa representação de infância construída pelo ideal cívico coexistia com outras concepções de infâncias perpassadas por outras intervenções (médicas, assistenciais, policiais, dentre outras) e “era representada por crianças do sexo masculino, brancas, alfabetizadas, entre dez e doze anos de idade aproximadamente, pertencentes às camadas médias” (HANSEN, 2007, p. 48), diferenciando-se, dessa forma, da totalidade da população infantil do país no período da Primeira República.

Paralelamente à construção do ideal de infância brasileira, os intelectuais passaram a creditar à educação o papel de mola propulsora do desenvolvimento nacional. Nesse sentido, Nagle (2009) assevera que os últimos anos do Império foram marcados por um “fervor ideológico”, caracterizado pela defesa da escolarização como via de transformação da sociedade, ou seja, o cidadão formado cívico e moralmente, através da escolarização, transformaria o Brasil em uma nação à altura das mais prósperas nações. Entretanto, o que se observa durante os primeiros anos do regime republicano é o arrefecimento gradual desse espírito republicano, desiludido e frustrado com a República possível, aquela efetivada conforme a orientação e pressão das forças sociais mais ponderáveis do período.

As transformações sociais e culturais ocorridas no Brasil, nos anos de 1910 e 1920, vão ser responsáveis pela retomada dos ideais republicanos, observa-se, a partir de então, um entusiasmo pela educação, o qual Nagle (2009) vai denominar de entusiasmo pedagógico, que se inicia com as correntes de ideias e movimentos políticos sociais, a exemplo da formação das ligas nacionais e de movimentos nacionalistas, que concebiam a instrução como um instrumento de aceleração histórica. A inclusão de assuntos educacionais nos programas dessas organizações serviu para atribuir-lhe certa visibilidade na verificação dos grandes problemas da nação. Os intelectuais nacionalistas lutavam pela efetividade do

voto e pelo combate às fraudes do processo eleitoral em um período em que o direito ao voto se restringia à parcela da população alfabetizada. Isso explica o esforço de disseminação da instrução popular. É nesse cenário “que a educação ganha estatuto de peça fundamental de uma política de valorização do homem como fator de produção e integração nacional” (CARVALHO, 2003, p. 17).

Souza (2000) argumenta que após o término da Primeira Guerra Mundial o Brasil vivia uma onda de nacionalismo efervescente que resultou na eclosão de vários movimentos nacionalistas que visavam a elevação moral e política do país. A efervescência nacionalista, alimentada pelo descontentamento de alguns políticos e intelectuais com o rumo da República, traz à tona a questão da nacionalidade brasileira, o combate à estrangeirização do país, a reforma política, a moralização dos costumes e a regeneração da nação. Para solucionar tais problemas, concebidos pelos intelectuais como os grandes problemas nacionais, era necessário “reeducar os cidadãos e inseri-los num programa educacional que englobasse o ‘pequeno cidadão’. Tem início, no Brasil, a construção da infância bem-comportada, condicionando-a a uma disciplina social” (OLIVEIRA, 2002, p. 252).

No programa dessas ligas, constavam ainda a defesa do escotismo, pois apesar das campanhas nacionalistas de alfabetização estarem articuladas à luta em prol do direito do voto, “não descurava de iniciativas de educação cívica de modo a garantir a qualidade do voto e, concomitantemente, a propalada regeneração do caráter nacional” (CARVALHO, 2003, p. 42). Nesse cenário, o escotismo foi assimilado pelos nacionalistas como uma pedagogia do civismo, uma alternativa extraescolar para robustecer o caráter das crianças e jovens, “a chave para realizar o grande destino pátrio” (ZUQUIM; CYTRYNOWICZ, 2002, p. 45).

Nascimento (2004) acredita que o escotismo esteve presente na agenda política dos nacionalistas do pós-guerra, sobretudo, nas reformas educacionais do século XX, por ser um movimento de educação extraescolar que valorizava o civismo e a educação do corpo, visto que a preocupação com a saúde e a

construção da identidade nacional ocupavam um lugar privilegiado nos debates políticos do período. Na representação dos nacionalistas, o escotismo seria um dos canais para construção de uma sociedade coesa.

Para Nascimento (2004), o que ocorreu no Brasil, quando da implantação do escotismo, não foi diferente do que ocorreu em outras partes do mundo, uma vez que a doutrina e os valores inerentes ao Movimento Escoteiro sempre estiveram atrelados a um contexto caracterizado pela emergência do nacionalismo e pelo processo de construção de identidade e formação das nações. Isso pode ser percebido já na primeira notícia sobre o escotismo publicada no Brasil:

Todo moço acalenta com carinho a ambição de ser útil a sua Pátria. A Pátria representa seu lar, sua família, seus maiores. Torna-la grande e respeitada, sentir que o seu peso influe no equilíbrio universal, representa, pois, a ambição e o dever de cada um; a consciência d'esse dever é em nós innata, representando em nós o instinto de conservação e conseqüente defesa própria. O meio mais simples, natural e logico de cumprir este dever, o único que oferece chances positiva de tal atingir, consiste em educar a mocidade do paiz, o seu character acha-se no ponto de maleabilidade necessário ao seu amoldamento; eis o momento de agir. A instituição de *moços scouts* oferece-no illimitado campo para tal [sic] (WEAVER, 1909, p. 232, grifos do autor).

O artigo elaborado pelo Tenente Weaver e publicado na revista *Ilustração Brasileira* reflete bem o clima de nacionalismo que permeava a sociedade naquele momento. O texto é iniciado com uma discussão cívico-patriota que associa a infância e a juventude à defesa da nação, atribuindo à mocidade a incumbência de tornar a Pátria grande e respeitada, mas, para isso, era preciso antes educá-la, desde a mais tenra idade, enquanto o seu caráter poderia ser moldado. Somente após a explanação sobre a Pátria é que o autor cita o escotismo, que é apresentado como uma instituição capaz de regenerar o caráter nacional através do seu sistema educativo:

[...] um systema em que se procuram desenvolver as qualidades superiores de um verdadeiro homem, de um homem de acção; em que se o educa a proceder e trabalhar com energia, com afincó, com zelo, por uma causa geral, diminuindo assim o egoísmo sem aniquilar a ambição natural de subir, em que se o coloca desde cedo a braços com responsabilidade, habituando-o a encara-la com sangue frio, frente a frente, desenvolvendo-lhe e aguçando-lhe a iniciativa; em que se o dota com os meios de defesa, de acção, de se conduzir com brilho nas circunstancias varias da vida que são desenvolvidos, aproveitados e dirigidos o espirito de disciplina, a consciência do dever, a idea de sociabilidade, um instictio educado de conservação, o sentimento de amor da pátria. Se acrescentarmos que este systema alia a este maravilhoso desenvolvimento, physico que nada deixa a desejar; que, além de formar caracteres de alto padrão, crêa paralelamente, simultaneamente elementos másculos, são, essenciaes ao melhoramento da raça; que fornece bons cidadãos e bons defensores; compenetrados todos dos seus deveres e dos meios necessários ao seu bom desempenho [sic](WEAVER, 1909, p. 232).

A reportagem revela a efetiva preocupação da sociedade com a formação do futuro cidadão, que deveria ser educado para agir em prol de uma “causa geral” ou, dito de outro modo, em prol da defesa da Pátria. Percebemos que a educação proposta pelo sistema escoteiro está fortemente revestida pela moral e pelo civismo, valores em voga nesse momento, considerados essenciais para a construção do caráter da mocidade (o novo cidadão republicano) e, conseqüentemente, da nacionalidade. Além da formação moral e cívica, o escotismo prometia o desenvolvimento das qualidades físicas, essenciais para a fabricação de um corpo saudável e másculo, sinônimo de uma nação forte e civilizada. Em outras palavras, a prática escoteira disponibilizava os elementos necessários para sanear a nação brasileira, livrando-a da sua “sujeira” colonial e imperial, passando para os demais países a imagem de um país republicano, higienizado, educado, inteligente e desenvolvido (OLIVEIRA, 2002).

Os exercícios físicos eram concebidos pelos intelectuais como um meio para se alcançar o melhoramento da raça. Segundo Marinho (2008), alguns cientistas brasileiros, na contramão das afirmações das teorias europeias, as quais atestavam uma suposta superioridade da raça branca, vislumbrarão na miscigenação uma solução para o problema racial brasileiro. Eles argumentavam

que o Brasil alcançaria o branqueamento, o melhoramento e o fortalecimento da sua população somente através dessa mistura de raças.

A busca incessante desse melhoramento da raça e elevação da juventude brasileira resultará na exaltação de exercícios físicos condensados na prática de esportes. Os discursos médicos-higienistas e eugenistas atuavam no sentido de entusiasmar os jovens a trocarem os seus vícios por outra forma de diversão que envolvesse atividades físicas. Nesse sentido, o escotismo, congregando os ideais de saúde e patriotismo, era apresentado às crianças como uma alternativa para fugir do ambiente nocivo da cidade:

Enquanto os outros meninos se divertem, nos cinemas, respirando o ar viciado próprio daquelas casas de diversão, assistindo, a mais das vezes, as fitas condenáveis, cheias de maus exemplos, ou a fingirem de homens de mentira, sentados nas mesas dos cafés, de cigarrinho no canto da boca; ou a se esfalfarem num campo de *football*, os que lhes trará infalivelmente lesões no coração, vão os escoteiros para o campo respirar o ar saudável que lhe dará mais saúde e vida, onde também jogam o *football*, mas com moderação, a receber de instructores bons, que são os verdadeiros paes, os mais belos ensinamentos de moral e de civismo. No fim do dia, enquanto a creança que passou o domingo na cidade, respirando o ar das ruas poeirentas, deita-se aborrecida, triste por sentir que teve um dia inútil sem nada a aprender, o escoteiro deita-se contente, querendo mais bem ainda ao seu papai e a sua mamãe, que em boa hora o deixaram ser escoteiro, sentindo que naquele dia aprendeu muita coisa que lhe há de ser útil na vida [sic] (SODRÉ-VELHO LOBO, 1922, p. 37-38, grifos nossos).

Nesse artigo, assim como nos demais artigos publicados na seção *Escotismo* da revista *O Tico-Tico*, o Velho Lobo fala diretamente ao público infante-juvenil. Assim, ao iniciar seus textos, ele utiliza, na maioria das vezes, a expressão “meus camaradinhas” ou “meus amiguinhos”, dando a impressão que está tecendo um diálogo com as crianças e os jovens. Provavelmente, ele tenha utilizado essa estratégia para cativar essa infância que precisava ser normatizada pelos valores republicanos. No artigo em questão, o Velho Lobo exalta o escoteiro que ao invés de perder seu tempo com vícios oferecidos pela cidade dedica o seu

domingo às atividades escoteiras, desenvolvidas no ambiente campestre, aprendendo lições de moral e civismo. Observamos também que, de maneira implícita, o Velho Lobo dirige-se aos pais, quando menciona o agradecimento da criança aos seus genitores por tê-la deixado tornar-se um escoteiro, o que nos leva a supor que existia, de modo geral, certa resistência dos mesmos em relação ao movimento de Baden-Powell.

Nesse sentido, observamos que, nesta mesma edição, foi publicado um relato de uma mãe paulista, a qual, anonimamente, explica que mesmo morando próximo a um grupo de escoteiros, tinha receio de inscrever seus filhos no escotismo:

Não podia sequer pensar na possibilidade de entregar meus filhos a um estranho que os levaria, sob um sol inclemente, por caminhos ruins, que lhes magoariam os pés, a comerem mal, cansados, fatigados, expostos a mil riscos, longe de mim (O TICO-TICO, 1922, p. 15).

Ela atribui esse medo ao zelo característico que a mãe nutre em relação aos filhos e à sua falta de informações sobre o escotismo e relata que após tamanha insistência dos filhos, o marido decidiu se informar sobre o escotismo e, após assistir três reuniões, para o seu pesar, ele voltara para casa mais entusiasmado que as crianças. Após algum tempo, cedendo a persistência do marido, ela aceita assistir duas reuniões e fica impressionada com a solicitude e carinho com que os instrutores tratavam as crianças e com o “inestimável valor da educação escoteira” (O TICO-TICO, 1922, p. 15). A partir daí, permitiu que seu filho mais velho, então com doze anos, se tornasse um escoteiro, enquanto o mais novo esperava, de forma ansiosa, atingir a idade para que pudesse ingressar no escotismo:

Acompanhávamos com desvelo, eu e o meu marido, as transformações que, com grande alegria para nós, observamos no nosso filho. Adquirira sem perder seu ar natural de criança uma compostura que lhe ia tão bem que eu invejara nos outros meninos, quando pela primeira vez a

sessão no grupo; era mais carinhoso, passou a ter uma compreensão mais perfeita dos seus deveres, e, para não prolongar mais, do meu filho que me dava alguns desprazeres antes, hoje eu me orgulho como talvez poucas mães se possam orgulhar [sic] (O TICO-TICO, 1922, p. 15).

Segundo o relato da mãe, o escotismo, essa “belíssima escola de civismo e de elevação dos sentimentos” (O TICO-TICO, 1922, p. 15), cumpre a função pedagógica-disciplinar de corrigir os comportamentos indesejados das crianças, transformando seus caracteres, conforme acontecera com o seu filho. Em suma, o escotismo configura-se, assim, em uma escola de disciplina dos sentidos, transformando o corpo da infância e juventude em corpos dóceis, os quais podem ser submetidos, utilizados, transformados e aperfeiçoados (FOUCAULT, 1987):

O escoteiro aprende melhor do que qualquer outro menino-deveres para com os paes, manifestado pelo amor, respeito e obediência, que o escotismo incute; deveres para com os amigos por inteira fidelidade a ele; para com os semelhantes; para com a colectividade, a Pátria graças ao sentimento de solidariedade, de fraternidade que é a base de todo sentimento escoteiro [sic] (O TICO-TICO, 1924, p. 17).

Os entusiastas do escotismo argumentavam para os pais que, enquanto a escola cumpria a função de instruir, o escotismo cumpria a função de educar, pois a “instrução vale muito na vida, mas há uma cousa que vale mais ainda. É o character” [sic] (O TICO-TICO, 1924, p. 17). Através de valores como civismo, honra, respeito dentre outros, o escotismo ensinava a criança a ter caráter, ou seja, a educava, já que “ensinar uma criança a ter character é o que se chama educar” (*ibidem*). Nesse período, é constante a preocupação com formação do caráter daqueles que seriam o futuro da nação, entretanto, a formação desse caráter passaria necessariamente pela educação e, conseqüentemente, pela inculcação dos valores cívicos e de uma obediência sem questionamentos.

Cabe assinalar que durante a Primeira República, o entusiasmo pela educação, conforme assevera Nagle (2009), traduziu-se, em um primeiro momento, na luta pelo combate ao analfabetismo. Assim, buscou-se a difusão e

ampliação da escola primária no intuito de ensinar a maioria das crianças a ler, escrever e contar, pois, para os intelectuais, isso era mais coerente do que fornecer uma educação mais ampla apenas para uma minoria. Contudo, posteriormente, percebe-se que somente instruir não bastava, era preciso formar, regenerar o homem brasileiro, reeducando-o através da moral e do civismo, para que assim, a nação pudesse ser consolidada e se destacasse entre as nações europeias, tidas como as mais civilizadas. Destarte, o movimento de Baden-Powell surge como alternativa para preencher a lacuna deixada pela escolarização, pois nele “[...] se encontra o complemento natural e a cooperação eficaz para a obra da escola primária” [sic] (TICO-TICO, 1926, p.7).

Mas, apesar de toda a propaganda que permeava o escotismo, desde que ele foi implantado em terras brasileiras, observamos que ainda havia certa resistência dos pais em relação ao Movimento Escoteiro. Diante disso, coube aos entusiastas do escotismo a incumbência de ao mesmo tempo incutir no espírito dos garotos a vontade de ser escoteiro e convencer aos pais que o escotismo era “a melhor e mais completa escola de educação physica e moral” para os seus filhos (O TICO-TICO, 1922, p. 16). A publicação do relato da mãe paulista, mencionado anteriormente, parece ter justamente esse objetivo. Após o término do seu relato, ela conta que diante dos resultados e transformações que a educação escoteira operara em seu filho, ficara tão grata que assumira, consigo mesma, o compromisso de divulgar essa “útil instituição”, por isso, aproveitara a oportunidade de escrever ao redator da revista para contar sua experiência e, ao mesmo tempo, fazer um apelo as mães:

Mães brasileiras! Não prendeí os vossos filhos. Deixai os respirar o ar livre e saudável dos campos educando-se, aprendendo, guiados por instructores, solícitos nos quaes podemos ter toda confiança. Deixai-os naquellas roupinhas que os fazem tão lindos. Preparar-se para as lutas da vida. Ide assistir às reuniões de um grupo de escoteiros e estou certa que o vosso sentimentalismo, como o meu, se transformará para a felicidade dos seus filhos [sic] (O TICO-TICO, 1922, p. 16).

Baden-Powell (1986, p. 88) argumentava que a “educação escolar não enxerga mais longe que a instrução”, já o escotismo oferecia uma educação que ia além do aprendizado do “ABC”, preparando as crianças e jovens para enfrentarem os obstáculos da vida em um ambiente ao ar livre, pois “o espírito de iniciativa, o desembaraço e a capacidade do escoteiro desenvolve-se, sobretudo, nos acampamentos, nas marchas, nos passeios e excursões, nas escaladas onde há esforço a fazer, dificuldades a vencer” (SODRÉ-VELHO LOBO, 1924, p. 14). Para Baden-Powell, os exercícios físicos praticados ao ar livre, longe do ambiente esfumaçado da cidade, contribuiriam, sobremaneira, para o desenvolvimento do caráter e da moral, valores essenciais para a construção de um Estado forte (NASCIMENTO, 2004).

Outrossim, aqui no Brasil a formação do caráter e da moral se articulavam diretamente a construção de uma nação forte. Segundo Lenharo (1986, p. 75), a saúde e a força do corpo passaram a ser associadas à saúde e à força da nação. “De repente, toma-se consciência de que repensar a sociedade para transformá-la passava necessariamente pelo trato com o corpo como recurso de se alcançar toda a integridade do ser humano”. O corpo da criança era visto e tido pelo discurso médico-higienista como um corpo frágil, mole e ingênuo que necessitava ser cuidado, por meio dos exercícios físicos e da higiene, para ser transformado em um corpo vigoroso e saudável, um verdadeiro representante de uma nação civilizada e moderna (OLIVEIRA, 2002).

Soares (2004) explica que os médicos se basearam em conhecimento e teorias gestadas na Europa para formularem outro modelo para a sociedade brasileira, contribuindo, desse modo, para a construção de uma nova ordem política, econômica e social. Nesta nova ordem, na qual os médicos higienistas ocupariam um lugar destacado, enfatizava-se a necessidade de construir, para o Brasil, um novo homem, pois, somente assim, a nova sociedade idealizada se tornaria realidade:

O pensamento médico higienista[...] construiu um discurso normativo,

disciplinador e moral. A abordagem positivista de ciência e a moral burguesa estiveram na base de suas propostas de disciplinamento dos corpos, dos hábitos e da vida dos indivíduos. Tudo em nome da saúde, da paz e da harmonia social[...] em nome da civilização (SOARES, 2004, p. 70).

De acordo com Soares (2004), esta nova ordem que estava se formando no Brasil, demandava um disciplinamento físico que seria alcançado através da educação física, propagada nos discursos médico-higienistas como sinônimo de saúde física e mental, promotora de saúde, regeneradora da raça, das virtudes e da moral. Nesse cenário, A educação, sobretudo a escolar, se constituiu em um espaço privilegiado para a disseminação desses valores ditados pelo saber médico.

É importante destacar que os médicos exerceram uma influência marcante tanto no pensamento quanto na prática educacional brasileira, que foi acentuando-se ao longo de todo o século XIX e tornou-se determinante nas primeiras décadas do século XX. Os médicos se uniram em torno de um projeto nacional que tinha por objetivo higienizar a população brasileira. Era preciso normalizar o corpo de homens e mulheres desde a mais tenra idade, para isso, o saber médico assumiu um caráter pedagógico e adentrou as escolas para divulgar saberes sobre a saúde e a higiene, pois este é “o lugar da mudança de hábitos, principalmente no setor higiênico e alimentício, de incentivo de exercícios físicos e atividade mental, de controle emotivo, asseio de cuidado com o vestuário, de prevenção de doenças e acidentes” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 49). A influência do discurso médico também está presente na educação escoteira, conforme evidencia a citação abaixo:

A escola dos escoteiros, uma das células primárias do organismo da educação cívica e da defesa nacional, tem um objetivo que se resume em breves linhas [...]. Esta admirável escola ao ar livre abrange todos os pontos que se contém no programma da moderna pedagogia: primeiro a instrução physica; a conservação ou o restabelecimento da saúde pela hygiene e medicina, e o desenvolvimento normal e progressivo de todas as funções do corpo, pela gymnastica e pelos jogos escolares [sic]

(BILAC, 1920, p. 29).

Além de reiterar o discurso nacionalista, o escotismo também reiterava as prescrições recomendadas pelo discurso médico que era propagado nesse período. Dessa forma, a prática escoteira estava atrelada à higiene e ao controle do corpo, que era fortificado através dos exercícios físicos da ginástica e dos jogos. Para Bilac (1920), o escotismo se constituía em um método inovador, visto que congregava em suas bases as inovações da pedagogia moderna e da medicina, oferecendo, assim, uma educação completa para as crianças e jovens:

O escoteiro [...] mantém-se no constante cuidado com o asseio do corpo e da alma, afasta-se da práticas de todos os vícios; adquire noções de physica, chimica, botânica, zoologia, anatomia; geografia, topographia, astronomia; orienta-se pelo sol, pela posição das estrelas, pelo relógio, pela bussola, manuseia o thermometro e o barômetro; mede o caminho que percorre; estuda os mapas, sabe acender o fogo e cozinhar; faz acampamento, recebe e transmite comunicações pelos telegraphos Morse e Marconi, por meio de luzes de signaes por bandeiras e pelos gestos dos braços; instictivamente aprende tática e estratégia para socorrer feridos e victimas de quaisquer desastres; alimenta e desenvolve os seus nobres sentimentos; abomina a mentira; reputa sagrada a sua palavra; é disciplinado e obediente; é cortez, considera como irmãos os seus companheiros, amparas as mulheres, os velhos e os enfermos; opõe-se à crueldade contra os animaes; é econômico, mas condena a avareza; respeitando a própria dignidade, respeita a dignidade alheia; é alegre, esforça-se por dizer claramente o que sente e exatamente descrever o que vê; pensa, raciocina, deduz; e, enfim, conhece a história e a lei de seu paiz: é patriota, e estimula a sua iniciativa [sic] (BILAC, 1920, p. 29).

No afã de descrever a figura do escoteiro, Bilac (1920) vai elencando as qualidades que o escotismo visa desenvolver em seus membros. Qualidades estas que são observadas no Código Escoteiro, para o qual os escoteiros prestam obediência. Em outras palavras, um “cathecismo da honra que todo menino não deve se cansar de lêr nem praticar” [sic] (O TICO-TICO, 1929, p. 5). Portadores de qualidades tais como honra, inteligência, coragem, obediência, lealdade, cortesia, dentre outras, o escoteiro é forte, disciplinado, educado, limpo de corpo,

alma e coração e, acima de tudo, é patriota. Descrito dessa maneira, o escoteiro representa o novo homem, o tipo idealizado do brasileiro que a sociedade de então almejava formar:

O escoteiro como se robustece nos exercícios ao ar livre, apura os sentidos desenvolve as faculdades aprimora os sentimentos; torna-se sociável fraternizando com os companheiros no convívio que os liga intimamente pela cadeia da solidariedade. De tal escola saem os infantes que serão os homens de amanhã; seres de tempera viril, tão uteis na paz pelo que aprenderam brincando, como bravos na guerra pela resistência que adquiriram no corpo, com os exercícios, na alma com a perseverança da disciplina, que é a cadencia da ordem. Assim, essa instituição heroica e generosa é a escola primária do civismo, na qual se devem matricular todos os meninos brasileiros, que amando o seu país queiram aprender a bem servi-lo e ama-lo [sic] (COELHO NETO, 1929, p. 21).

Olavo Bilac e Coelho Neto faziam parte do grupo de intelectuais e educadores que vislumbravam o escotismo como uma “escola primária de civismo”, na qual se formaria o “novo homem”, um “tipo completo e perfeito de cidadão, forte sob o ponto de vista moral, cívico e physico” (SODRÉ-VELHO LOBO, 1927, p. 13). O escotismo atuou como um tipo de instituição disciplinar, fazendo um investimento no corpo infante-juvenil brasileiro, regulando-o através de dispositivos disciplinares com o objetivo de torná-lo educado, obediente e útil à nação, pois um “corpo disciplinado era sinônimo de nação polida, desavenças políticas amenizadas” (OLIVEIRA, 2002, p. 236).

É sobre esse corpo que pode ser manipulado, modelado e treinado que vão ser impressos os valores republicanos, pois ele “é o primeiro lugar onde a mão do adulto marca a criança, ele é o primeiro espaço onde se impõe os limites sociais e psicológicos que formará a sua conduta, ele é o emblema onde a cultura vem inscrever os seus brasões” (VIGARELLO, 1978 *apud* SOARES, 1997, p. 7). O escotismo era apresentado como uma educação regeneradora do corpo, da mente e da alma, recomendado tanto para a infância pobre quanto para as crianças mais abastardas:

Muita gente há que supõe que o escoteirismo foi feito e é útil apenas para as camadas inferiores. Que largo engano (...) pelo grande convívio que temos de há muitos anos com creanças de todas as classes sociaes, firma-se cada vez mais em nosso conceito que as creanças das classes remediadas ou da elite, as quaes as diversões artificiaes da sociedade vão arrancando do espirito o prazer das cousas simples, precisam tanto ou mais do escoteirismo de que os humildes. Elles não se contentam mais com as distrações naturaes; os seus pobres espíritos complicados por tantas scenas e acontecimentos, que os snobes chamam de refinados, perderam o gosto pelo que é simples. Mais do que nenhum outro esses precisam praticar a escola da vida selvagem, que é a escola do escoteirismo, onde as almas se purificam e tornam-se simples pelo contacto com a natureza santa e perfeita. Paes! Por mais confiança que tenhaes em seus filhos mandae-os ao escoteirismo. Se eles forem bons ficarão melhores. Se tiverdes a coragem de reconhecer os seus defeitos mandae-os e esperai confiante o seu aperfeiçoamento [sic] (SODRÉ-VELHO LOBO, 1927, p.13).

O escotismo se configurava como uma escola de civismo que prepararia a infância e a juventude de todas as classes sociais, transformando-as em uma geração mais forte, mais sólida e resoluta. Dotados de qualidades de energia, coragem, de resistência física e de disciplina, os escoteiros seriam os homens de amanhã.

ESCOTISMO DE ESTADO: A ADAPTAÇÃO DO ESCOTISMO AO AMBIENTE ESCOLAR

Segundo Nascimento (2008), existiram dois tipos de escotismo no Brasil: o das associações voluntárias e do escotismo de Estado, dois modelos culturais praticados em diferentes momentos históricos que atenderam a propósitos diversos. Segundo o autor, no modelo das associações voluntárias, os grupos de escoteiros são fundados por iniciativa de instituições civis, enquanto que, no modelo de escotismo de estado, essa iniciativa parte de organizações estatais, como a implantação do escotismo escolar.

O escotismo foi adaptado a uma escola pública do Distrito Federal no ano

de 1916, por iniciativa do prefeito Azevedo Sodré, sendo as atividades escoteiras ministradas pelo Capitão do Exército Freire Vasconcellos (NERY, 2003). Não temos maiores detalhes sobre em que estabelecimento de ensino do Rio de Janeiro o escotismo foi implantado nem como ele foi adaptado a esse ambiente, o que sabemos é que o núcleo de escoteiros ali instalado foi bem-sucedido, pelo menos nos primeiros anos. Entretanto, no ano de 1921, por falta de amparo, provavelmente financeiro, ele foi extinto (SODRÉ, 1924, p. 21). Já no estado de São Paulo, o escotismo escolar foi introduzido no ano 1917, graças aos:

Vínculos das autoridades do ensino com o Movimento Escoteiro, especialmente com a Associação de Escoteiros do Brasil e das representações compartilhadas sobre o valor dessa instituição para a educação da infância e para a consecução do ideal nacionalista” (SOUZA, 2018, p. 174).

Articulada à Associação Brasileira de Escoteiros (ABE), a Diretoria de Ensino abriu um dos seus salões para oferecer um curso de escotismo para inspetores e diretores de grupos escolares paulistas.

O escotismo escolar estava subordinado a ABE, que dava as orientações técnicas contidas no *Manual Escoteiro*, estabelecia os programas de atividades específicas para os variados níveis ou classes de escoteiros, determinava os fardamentos, além de centralizar toda a organização técnica e administrativa. Com isso, a ABE, conforme atestou Souza (2018), buscava resguardar as características essenciais da prática escoteira, tal como ela se desenvolvia como associação voluntária fora do ambiente escolar. A autora salienta, ainda, que o período de 1917 a 1920 pode ser entendido como um ensaio da organização do escotismo nos estabelecimentos de ensino do estado de São Paulo e que o ápice dessa experiência somente ocorreria entre os anos de 1921 e 1924, no decorrer da gestão de Guilherme Kuhlmann, na Diretoria de Instrução Pública, quando o escotismo escolar vinculou a formação cívico-patriótica aos símbolos e mitos da identidade regional paulista.

Destarte, o escotismo só foi oficializado nas escolas públicas paulistas no ano de 1921. O Decreto 3.355, de 27 de maio de 1921, que regulamentou a Lei 1.750, a qual reforma a instrução pública no Estado de São Paulo, também conhecida como Reforma Sampaio Dória, incluiu o escotismo e as linhas de tiro como atividades escolares, determinando que todos os alunos matriculados nas escolas públicas eram aspirantes a escoteiros, já os professores de ginástica das escolas normais e complementares, assumiriam a função de instruir esses alunos no escotismo. Para isso, esses professores teriam que realizar curso completo de escotismo e prestar o exame diante de uma comissão composta por dois membros.

A inscrição para tornar-se escoteiro obedecia a três requisitos: a idade mínima de 10 anos, a deliberação pessoal espontânea e autorização por escrito dos pais. Dos escoteiros, eram exigidos o bom comportamento, a assiduidade, a aplicação, o conhecimento e o cumprimento do Código Escoteiro. Em contrapartida, eles tinham alguns direitos, a exemplo de lugares reservados nas festas escolares e preferência para fazer a Guarda da Bandeira Nacional (SOUZA, 2000).

Com base em pesquisas realizadas nos Anuários de Ensino do período, Nery (2003) argumenta que em 1923, o estado de São Paulo já tinha cerca de 100 mil escoteiros escolares. A implantação do escotismo nas escolas públicas paulistas tinha por fito nacionalizar a grande massa de estrangeiros. Embora o regulamento da Lei 1.750 deixasse claro que ao aluno era facultado à escolha de se inscrever nas atividades escoteiras, provavelmente, todos os alunos do sexo masculino participavam, haja vista que as mesmas eram utilizadas como recurso para o ensino de moral e civismo, que, neste período, “revestia-se de um profundo significado político e sociocultural que perpassava questões como democracia, ordem social, progresso, cidadania, modernização e construção da nacionalidade” (SOUZA, 2018, p. 179).

Segundo Souza (2000, 2018), o escotismo escolar substituiu os Batalhões Escolares, regulamentados no ano de 1904, pelo regimento interno dos Grupos

Escolares e Escolas-Modelo. Os batalhões contavam com o trabalho voluntário de militares reformados que aplicavam o regime militar para a obtenção da disciplina. Os alunos que integravam os Batalhões, “simulacros de corporações militares”, usavam fardamento, espingardas de madeira, cinturões, baionetas, cornetas e recebiam treinamento fora dos horários regulamentar das aulas. Cada batalhão infantil possuía seu próprio estandarte e era nomeado com o nome de um herói nacional ou personalidade política.

A educação militar ministrada nesses batalhões tinha a finalidade de inculcar nos alunos o patriotismo, as virtudes cívicas, a moralização dos hábitos, a eugenia e a disciplina corporal. Entretanto, em meados da década de 1910, os Batalhões foram extintos, criticados por inspetores e administradores do ensino devido ao seu caráter militarista e à sua ineficácia para a educação cívica. Em seu lugar, as autoridades do ensino passaram a advogar em favor do escotismo (SOUZA, 2000, 2018).

Conquanto a parceria entre a ABE e a Instrução Pública significasse “uma extraordinária oportunidade de propaganda, disseminação e consolidação definitiva do movimento escoteiro no estado de São Paulo”, conforme argumentou Souza (2018, p. 177), constatamos, através da análise das fontes, que não havia entre os dirigentes e entusiastas do escotismo uma unanimidade no tocante à prática do escotismo escolar, muitos deles argumentavam que uma instituição que impõe deveres morais torna-se incompatível com a obrigatoriedade:

Assim, quer se trate de um clube, de uma escola ou de uma igreja, só poderão pertencer à tropa os meninos que os desejarem. É errado organizar o escotismo na escola ou no clube, obrigando todos os alunos ou sócios a se fazerem escoteiros. Não há motivo mais contraproducente. É a fallência do movimento [*sic*] (SODRÉ-VELHO LOBO, 1924, p. 18).

Mesmo que o regulamento da Lei 1.750 afirmasse que a inscrição no

escotismo fosse uma deliberação espontânea do aluno, em alguns estabelecimentos de ensino, o regulamento foi interpretado de forma distorcida, implantando-se um escotismo escolar obrigatório:

A obrigatoriedade no escotismo é inadmissível. Sendo uma organização que se impõe grandes deveres morais a cumprir só poderão ser admitidos os que forem de motu-proprio. Obrigar um menino a escoteiro é a negação do princípio fundamental da escola creada por B. Powell. Nos collegios, o escotismo deve ser introduzido como uma organização anexa, à qual pertencerão apenas os meninos que o desejarem ou que o mereçam, por seu bom proceder e aplicação nos estudos. Isso que estão fazendo os patronatos agrícolas transformando os seus antigos batalhões colegiais em batalhões escoteiros é inadmissível[sic] (O TICO-TICO, 1924, p. 19).

Esse descontentamento, provavelmente, deve-se ao fato de que alguns dirigentes temiam perder a autonomia da prescrição técnica do escotismo para a Instrução Pública paulista. Essa preocupação não era destituída de sentido, já que, posteriormente, o Decreto nº 3.531, de 22 de novembro de 1922, determinava que a organização administrativa do escotismo escolar no estado de São Paulo ficasse a cargo da Instrução Pública, e não mais sob a incumbência da ABE. Para o diretor da Instrução Pública paulista, Guilherme Kuhlmann, o professorado assumia um papel importante na consolidação da implantação definitiva do escotismo no estado, cabendo a este mostrar à população o valor do escotismo, como também zelar pela sua organização em consonância com as tradições regionais.

Souza (2018) ressalta que O escotismo implantado nas escolas públicas paulistas foi adaptado às tradições do estado de São Paulo. Assim, além de se cercar dos ritos e símbolos do Movimento Escoteiro, o escotismo escolar adotou outros símbolos regionais, a exemplo do mito bandeirante. Toda comissão regional escoteira era denominada com o nome de um bandeirante, que também era inscrito na flâmula representativa da comissão e tornava-se patrono dos escoteiros.

Entusiasta das ideias de Baden-Powell, Guilherme Kuhlmann consagrou o escotismo escolar convertendo-o em atividade obrigatória em todas as escolas do estado, atribuindo-lhe visibilidade e prestígio na educação paulista. Após a saída de Kuhlmann, o escotismo escolar continuou sendo praticado nas escolas públicas, contudo, sem a euforia e o brilhantismo de outrora (SOUZA, 2018).

CONCLUSÃO

A implantação e propagação do escotismo no Brasil ocorreram em um momento de transformações sociais, caracterizado por uma nova concepção de infância e por um processo de nacionalização que destacava, dentre outras coisas, a importância da educação cívica, “considerada um elemento essencial para o soerguimento moral da nação, para a cultura do patriotismo e para a defesa da nacionalidade”. Inserido nessa atmosfera nacionalista, o escotismo passa a ser defendido nos meios educacionais e políticos “como fator de educação do caráter e de defesa da pátria” (SOUZA, 2000, p. 100).

Assim, logo, o escotismo passou a ser valorizado por sua utilidade física e mental para as crianças, visto que oferecia qualidades para que se tornassem “jovens ‘excelentes’, detentores de civismo, da prática diária de boas ações, da constituição de um caráter nobre e da modelização de uma conduta que estabelece um modo de ser aos sujeitos envolvidos” (OLIVEIRA, 2002, p. 265). Destacamos, ainda, que a pedagogia escoteira estava ancorada nos ideais do ativismo, tais como o aprender fazendo, desenvolvimento individual e o contato com a natureza, o que contribuiu para que muitos educadores que expressavam críticas ao modelo tradicional de ensino, no início do século XX, entusiassem-se pelo escotismo.

O escotismo praticado no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, amalgamou os dois modelos de escotismo descrito por Nascimento (2008): o escotismo das associações voluntárias, já que foram fundados vários núcleos de

escoteiros por iniciativa de civis, e o escotismo de estado, visto que as autoridades políticas, por meio do escotismo escolar, apropriaram-se do escotismo transformando-o em uma política de estado que tinha por fito educar aqueles que seriam os futuros cidadãos da Pátria brasileira.

Embasados na concepção foucaultiana de poder, constatamos que por meio do escotismo, as autoridades políticas moldaram o comportamento da infância e juventude, realizando uma sujeição constante de suas forças, impondo-lhes uma relação de docilidade e utilidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Luís Correia Soares. O Escotismo. **Revista de Ensino**, Natal, ano 1, n. 3, jul. 1917, p. 6-7.
- ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- BADEN-POWELL, Robert. **Lições da Escola da vida**. Brasília: Editora Escoteira da UEB, 1986.
- BADEN-POWELL, Robert. **Guia do Chefe Escoteiro**. Tradução Gen. Leo Borges Fortes. 7.ed. Curitiba: Ed. Escoteira, 2008.
- BILAC, Olavo. Escotismo como escola. **Revista O Tico-Tico**. Rio de Janeiro, ano 21, n. 1225, mar. 1920, p. 27-29. Seção: Escoteirismo.
- BLOWER, Almirante David Blower. **História do escotismo brasileiro: os primórdios do escotismo no Brasil**. Rio de Janeiro: CCME, 1994.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: ed. UNESP, 1999.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras: 1990.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990.

COELHO NETO, Henrique. Notas cívicas. **Revista O Tico-Tico**. Rio de Janeiro, ano 29, n. 1158, p. 109.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HANSEN, Patrícia Santos. 2007, 253f. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARINHO, Márcia Maria Fonseca. 2008, 139f. **Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Epóque natalense (1900-1930)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

MERLO, Maria Cristina. O Tico-Tico um marco nas histórias em quadrinhos no Brasil (1905-1962). Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2., Florianópolis, 2004. **Anais...** Florianópolis: Rede Alfredo de Carvalho, 2004, p. 1-15.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 3 ed.- São Paulo; UNESP, 2009.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. 2004, 173f. **Sempre alerta! O Movimento Escoteiro no Brasil e os projetos nacionalistas de educação infanto-juvenil (1910-1945)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A escola de Baden-Powell – cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

NERY, Ana Clara Bortoleto. Práticas Escolares em Revista: o escotismo. Simpósio Nacional de História, 22., 2003. **Anais...** João Pessoa: ANPUH, 2003, p. 1-6.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Façamos a família à nossa imagem: a construção de conceitos de família no Recife moderno (décadas de 20 e 30)**. 2002, 348f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação física: raízes europeias no Brasil**. 3 ed.

Campinas: Autores Associados, 2004.

SOARES, Carmem Lúcia. **Imagens do corpo “educado”**: um olhar sobre a ginástica no século XIX. In: FERREIRA NETO, Amarílio (org.). **Pesquisa histórica na Educação Física**. v. 2. Vitória: CEFD/UFES, 1997, p. 5-32.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. 2015, 271f. **Physicamente vigorosos**: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1914). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SODRÉ, Benjamin (Velho Lobo). **Guia do Escoteiro** [Edição em fac-símile da 1ª edição de 1925]. Centro Cultural do Movimento Escoteiro. Rio de Janeiro, 1994.

SODRÉ, Benjamin (Velho Lobo). Como o escotismo se desenvolveu no Brasil. **Revista O Tico-Tico**. Rio de Janeiro, ano 17, n. 894, p.10-11, 22 out. 1924. Seção: Escotismo.

SODRÉ, Benjamin (Velho Lobo). Cousas tristes (...). **Revista O Tico-Tico**. Rio de Janeiro, ano 22, n.115, p. 13, 06 jul. 1927. Seção: Escotismo.

SODRÉ, Benjamin (Velho Lobo). Escotismo. **Revista O Tico-Tico**. Rio de Janeiro, ano 17, n. 896, p. 15-16, 06 dez. 1922. Seção: Escotismo.

SODRÉ, Benjamin (Velho Lobo). Escoteiros do Mar. **Revista O Tico-Tico**. Rio de Janeiro, ano 18, n. 938, p. 16, 26 set. 1923. Seção: Escotismo.

SODRÉ, Benjamin (Velho Lobo). O Escotismo é praticado no campo. **Revista o Tico-Tico**. Rio de Janeiro, ano 19, n. 985, p. 14, 20 agos. 1924. Seção: Escotismo.

SODRÉ, Benjamin (Velho Lobo). Um exemplo a seguir pelas associações de escotismo no Brasil. **Revista o Tico-Tico**. Rio de Janeiro, ano 19, n. 955, p. 14, 24 agos. 1924. Seção: Escotismo.

SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. **Cadernos cedes**, ano XX, n. 52, novembro/2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. Escotismo Escolar: moral, civismo e tradições paulistas (1917-1956). In: BOMTEMPI JR., Bruno; CAMPOS, Raquel Discini de (Org.). **Paulistanidade e educação: práticas e simbologias**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2018. p. 171-213.

WEAVER, Tenente Eduardo Henrique. Scouts e a arte de Scrutar. **Revista A**

Ilustração Brasileira, Rio de Janeiro, n. 13, dez. 1909, p. 232-234.

ZUQUIM, Judith; CYTRYNOWICZ, Roney. Notas para uma história do escotismo no Brasil: a “psicologia escoteira” e a teoria do caráter como pedagogia do civismo (1914- 1937). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.35, p. 43-58, jul. 2002.

90 anos do Escotismo no Brasil. **Memória Escoteira**. Rio de Janeiro. Ano 6, nº 38, mar/nov. 2000.

ANDRESSA BARBOSA DE FARIAS LEANDRO é doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Especialista em História do Brasil e da Paraíba pela Faculdade Integrada de Patos, graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Desenvolve pesquisas na área de História da Educação relacionadas as temáticas do Escotismo, História das instituições Educativas, História das Práticas Educativas e História dos intelectuais.

E-mail: andressa-leandro@hotmail.com

 <http://orcid.org/0000-0001-7752-6359>

JEAN CARLO DE CARVALHO COSTA é doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Possui Estágio Pós-Doutoral Sênior pelo Instituto de Educação, na área de História da Educação, na Universidade de Lisboa. Professor Associado IV do Departamento de Fundamentação da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Desenvolve pesquisas sobre História Intelectual e dos Intelectuais, História Conceitual, Teoria e História da Educação.

E-mail: jeanccosta@yahoo.com.br

 <http://orcid.org/0000-0002-6930-8607>

Recebido em: 13 de agosto de 2021

Aprovado em: 08 de dezembro de 2021

Editora responsável: Dóris Bittencourt Almeida



Revista História da Educação - RHE
Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - Asphe
Artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.